

opinião

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Fria
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Fomse de Leon e Iadith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Blumant, Hélio Schwartzman,
Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano,
Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Pêssio Arão, Ronaldo Lemos,
Thiago Amparo, Luiz Fria e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Faria
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio (finanças, planejamento
e novas negócios) Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais),
João Cestari (tecnologia) e Marcelo Benes (comercial)

EDITORIAIS

editoriais@folha.com.br

Governo precisa rever políticas ineficientes

Avaliação de programas e debate sobre qualidade do gasto precisam ter mais visibilidade; ajuste do Orçamento não pode se basear só em mais receita

Já com grande atraso, o governo brasileiro começou a institucionalizar a avaliação técnica de políticas públicas no segundo mandato de Dilma Rousseff (PT), quando se tentava de modo atabalhado conter o rombo orçamentário gestado nos anos anteriores.

Hoje, procedimentos do gênero já se valem de maior experiência e estrutura na administração federal. As conclusões e recomendações acerca de programas mal desenhados e despesas pouco eficientes, no entanto, mal saem das gavetas da Esplanada brasileira.

O Ministério do Planejamento tem uma secretaria dedicada ao tema. Há um Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), formado por representantes de pastas econômicas, da Casa Civil e do Controlador-Geral da União (CGU).

Com a equipe qualificada reunida pela ministra Simone Tebet, criou-se a expectativa de que medidas mais efetivas seriam tomadas nessa seara — ou, ao menos, que o debate sobre a qualidade do gasto público teria maior visibilidade. Até aqui, isso não ocorreu, como observou a jornalista Adriana Fernandes, em coluna nesta Folha.

Ainda que tenha se rendido ao imperativo de ao menos reduzir o ritmo de expansão da dívida pública, o governo Luiz Inácio Lula

da Silva (PT) permanece avesso a qualquer revisão de gastos — daí o esforço inglório de centrar todo o ajuste orçamentário na elevação de uma carga tributária já excessiva.

O tabu, diga-se, não é exclusividade da gestão petista. Num exemplo célebre, Jair Bolsonaro (PL) recusou proposta de sua equipe econômica de cortar em programas pouco eficientes, como o

Abono Salarial, para viabilizar a ampliação do Bolsa Família. O então mandatário argumentou que não poderia tirar de pobres para dar a pauperizados.

Com abordagens demagógicas e voluntaristas acima, políticas de baixo impacto ou mesmo contraproducentes — da Zona Franca de Manaus a subsídios do BNDES, do Simples ao ensino superior gratuito — se perpetuam, engessam o Orçamento e elevam a dívida pública, cujos encargos sacrificarão sobretudo os mais pobres.

É positivo, pois, que a equipe do Planejamento estude um plano formal de revisão de gastos, a ser incorporado ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025, como notícia este jornal.

Entretanto as pressões do PT e da ala política do governo contra as modestas regras de controle despensa hoje em vigor, ainda mais em ano eleitoral, não autorizam maior otimismo.



O mérito das cotas

Hélio Schwartzman

"Políticas de cotas, se bem desenhadas, podem ajudar a selecionar os melhores dentro dos distintos subgrupos populacionais e a resgatar o que se convencionou chamar de mérito", escreveu Michael Franca na última divergência que abriu em relação à multa colada do último dia 15. É um debate importante. Vale a pena está-lo mais um pouco.

Muita primeira objeção diz respeito ao "se bem desenhadas". Especialmente no Brasil, essa é uma condição difícil de materializar-se. A Folha mostrou que, diante da dificuldade para preencher as vagas reservadas a cotistas, o Ministério Público Federal cogita de derrubar a exigência da nota de corte nesses concursos. Não penso que isso conte como política "bem desenhada".

A segunda objeção é ontológica. Como já escrevi aqui, a meritocracia, entendida como um sistema que recompense de forma justa indivíduos por seus talentos e esforços, é um mito. A Gasele Bündchen não fez nada para nascer bonita — um feliz acidente da loteria genética. Mes-

mo a disciplina que exibiu para ter sucesso como modelo é ela própria resultado da combinação de genes com características ambientais sobre as quais temos pouco controle. Concursos públicos não devem, assim, ser vistos pelo prisma da lógica retributiva, mas sim da pragmática. Não selecionamos candidatos com bom desempenho para fazer justiça, mas para proporcionar aos cidadãos a melhor prestação possível de serviços. Outros objetivos, como a diversidade, podem entrar, mas subsidiariamente. É mais fácil justificá-los em ambientes formativos, como o ensino, do que nas atividades-fim.

A tragédia brasileira é que continuamos a dar pouca atenção à educação infantil e à básica. Como Franca sabe melhor que eu, é a janela mais favorável para intervenções. Deveriam ser nossa obsessão. Se há chance de tornarmos as competições da vida um pouco menos viciadas, ela passa por um ensino de qualidade nessas fases.

helo@folha.com.br

Lista atualizada

Ranier Bragion

O pedido de impeachment de Lula que deve ser protocolado nesta quarta (21) é daqueles lances da política em que os próprios autores sabem que não vão dar em nada, mas ironicamente há uma utilidade ao governo. A lista de signatários reúne de forma didática e atualizada a real oposição a Lula na Câmara.

Quem não acompanha o dia a dia da Brasília até se assusta com a informação de que cerca de 30 integrantes de partidos governistas assinaram o pedido que visa ejtar o petista da cadeira de presidente.

Sinal de ensaio do apoio parlamentar do governo? Indignação com a comparação da ação de Israel à de Hitler com os judeus? Motim? Nada disso. Esses 30 deputados, embora habitem partidos que hoje estão com Lula, ou compõem o núcleo antigoverno e anti-PT, como Kim Katiguri (União Brasil-SP), Pedro Lapien (PP-PI) e a bancada do Novo (três deputados), ou são simplesmente bolsonaristas, como Osmar Terra (MDB-RS) e Delegado Palumbo (MDB-SP). Também pode parecer estranho ao

espectador desavisado que 30% da bancada do PT de Jair Bolsonaro não tenha assinado o pedido e que, eventualmente, atente a favor do governo. Seriam "bolsonaristas filandres"? Também não. São apenas centristas, não bolsonaristas de carteirinha.

Lula tem uma oposição aberta de cerca de 125 deputados, em um universo de 335. Cúbe de brigadeiro? Também aqui a resposta é não. Abase real de Lula é composta pelo PT e os demais partidos de esquerda, que somam mais ou menos o tamanho da oposição: 125 cadeiras. Metade da Câmara, cerca de 250 deputados, é formada pelo centrão (PP, Repúblicas e, como visto, cerca de 20% do PL) e por outros partidos de centro e de direita, principalmente PSD, MDB e União Brasil. Esse bloco não tem (nem governo não tem oposição raiz) é que dá as cartas na atualidade.

Por ora está com Lula, a troco de ministério, cargo e emenda, em uma relação de solvância e desconflança. Esse é o principal problema de Lula, não o impeachment.

Repórter em Brasília

Celso Amorim está certo

Mariliz Pereira Jorge

O ex-chanceler Celso Amorim, principal conselheiro de Lula para assuntos diplomáticos, diz que a fala do presidente "sacudiu o mundo" e que "pode resolver a questão que a frieza dos interesses políticos foi incapaz de solucionar". Cedo para dizer se o tremor foi além do eixo Brasil-Israel, onde deve ter atingido uns 7 graus na escala que me dá tais desastres.

Poi que a declaração de Lula provocou, um desastre. Por aqui, serviu apenas para sedimentar a polarização, deu visibilidade a um debate que deveria estar focado na audiência que aguarda Jair Bolsonaro para encerramento de 17 anos de participação em uma trama golpista.

Mas não oso discordar de Amorim sobre as consequências do que foi dito por Lula. Vai que, não é mesmo? Ainda que o presidente ignore o que é genocídio, a devastação causada por uma dezena de outras guerras recentes pelo mundo e, pior, o que foi Holocausto, não tem nada a ver com o que aconte-

tece em Gaza. Vai que. As vezes, tudo o que uma guerra precisa é de uma fala imprudente que gere uma crise. Nem tudo se resolve com diplomacia. Tal o Hamas que não deixa dúvidas. De grupo terrorista a lutadores pela liberdade. Por que tentar um acordo quando pode provocar uma guerra e posar de mocho? Um país eficiente não de joia por meio de um banho de sangue já visto na história. Uma aula de marketing disruptivo.

Por isso não dá para discordar de Celso Amorim. Em março de 2023, escreveu que "o Hamas pode desempenhar um papel central na restauração dos direitos palestinos no território do livro 'O Evangelho do Mundo'. Ele estava certo. Passados poucos dias da chacina no sul de Israel, o Hamas passou a ser tratado como mal necessário. Em seguida, ora foi dissociado do terror, ora exaltado. Enquanto se discute se há paralelo entre Gaza e o Holocausto — spoiler: não há — o mundo celebra a vitória da manda os parabéns a Lula.

Princípios da Constituição

Deirdre McCloskey

Economista e professora emérita de economia e história na Universidade de Illinois, em Chicago. Estreou na quarta

Pense numa Constituição, durante um momento, como as regras para uma corrida a pé, boas ou ruins. Os liberais, se guindo todas as definições, concordaram desde o século 18 que regras como "os reis sempre vencem" ou "as mulheres sempre perdem" devem ser substituídas por regras justas, como igualdade para todos. "Igualdade" é a palavra-chave, embora não a anti-igualdade de opressão sob nossos superiores.

Essas novas regras para a corrida da vida foram ordenadas desde que o liberalismo foi amplamente articulado pela primeira vez.

À esquerda política moderna desde Jean Jacques Rousseau, às vezes chamando-se de liberal, prometeu para a corrida da vida uma regra de igualdade de resultado. Devemos cruzar a linha de chegada juntos, de braços dados. É uma visão adorável, própria para uma família ou um grupo de amigos amorosos. Mas as tentativas de se aplicar uma igualdade de resultados a grupos maiores geralmente falham do ponto de vista econômico e depois do político. As pessoas querem viajar de graça.

O centro político moderno, desde John Stuart Mill, reconhecendo isso, recomenda uma regra na corrida da vida de igualdade de oportunidades — e, mensalmente de partida. Depois é corrida, mas prudente e justiça foram observadas. Maravilha. Nenhuma Gendreau é deixada para trás enquanto suas irmãs correm pela mão do príncipe. Mas uma vez, deveria funcionar, e geralmente funciona, para pequenos grupos, como famílias.

Mas o liberalismo moderno de qualquer tipo pretende ser eticamente cosmopolita. Sob a ambição da igualdade de oportunidades, uma criança nascida no Sudão do Sul é, evidentemente, avaliada igualmente a uma criança nascida em São Paulo. O nacionalismo viola a ética cosmopolita. Mas nenhuma compensação, exceto a emigração imediata para São Paulo, pode colocar a criança sudanesa em qualquer ponto próximo da linha de partida da criança brasileira.

Um liberalismo mais verdadeiro, portanto, deveria prometer na corrida da vida somente uma igualdade de permissão. Onde quer que você comece, terá uma chance, como dizem os britânicos esportivos.

E o mundo teve uma chance. Aplicado de modo geral, o verdadeiro liberalismo teve os resultados mais gratificantes. A renda real mundial por pessoa aumentou de 17 para 100 em 1900, e hoje inverteu 3.000%, decididamente fraudando as previsões malthusianas. Os poderosos coagiram os impetores foi cada vez mais reconhecido como maligno até discursos poderosos, mesmo que de modo insincero.

Vamos salvar o Brasil. Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

Vidas jovens

Urge investigar causas do aumento de suicídios entre os brasileiros nas faixas etárias mais baixas

Levantamento de dados do SIs de 2011 a 2022, feito pela FioCruz Bahia em parceria com a Universidade de Harvard, confirma a tendência de aumento de suicídios e autossuicídios entre os jovens brasileiros.

A taxa de pessoas entre 10 e 25 que se tiraram a própria vida teve alta anual de 6% no período, e o ritmo foi de 3% ao ano nos casos daquelas que se mutilaram.

Ainda que possam refletir uma queda na provável subnotificação desses episódios, os percentuais se mostram alarmantes.

Na população em geral, o crescimento foi menor, de 3,7% e 2,1%, respectivamente. O índice de autossuicídios reportados entre jovens de 10 a 24 anos é espantoso, com salto de 16,7 por 100 mil habitantes em 2021 para 158,5 em 2022.

O Ministério da Saúde também emitiu alerta em 2022. Entre 2016 e 2022, a taxa de suicídios entre jovens de 10 a 14 anos subiu 45% e, no de 15 a 19 anos, 49,3% — ante alta de 17,8% na população brasileira.

Urge investigar as causas desse fenômeno, e fatores socioeconômicos estão naturalmente entre as hipóteses. Sabe-se que países de média e baixa renda concentram os casos de jovens que se matam.

Globalmente, há aumento de ocorrência de transtornos psicológicos nessa faixa etária, registrada em países como Reino Unido, Estados Unidos e França.

No Brasil, pesquisa do Datafolha de 2022 mostrou que 8 em cada 10 indivíduos entre 15 a 29 anos haviam apresentado recentemente algum problema de saúde mental, como depressão, ansiedade e dificuldade de concentração.

A ciência ainda não estabeleceu uma relação causal direta, mas suspeita-se que as novas tecnologias desempenhem papel relevante nesse panorama.

Aprática do bullying antes restrita ao ambiente escolar, prolonga-se na internet. Aprofundação de informações e a pressão por aprovação nas redes sociais alimentam a ansiedade e o vício nas plataformas.

O lado positivo do aumento de conscientização sobre saúde mental, todavia, é que jovens e o estímulo à conscientização é a prevenção por parte das famílias e do Estado.

O poder público deve direcionar atenção em saúde mental para esse estrato, assim como incrementar a educação midiática nas escolas, para que os alunos aprendam a lidar com as novas tecnologias.